



Visão

27-03-2014

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

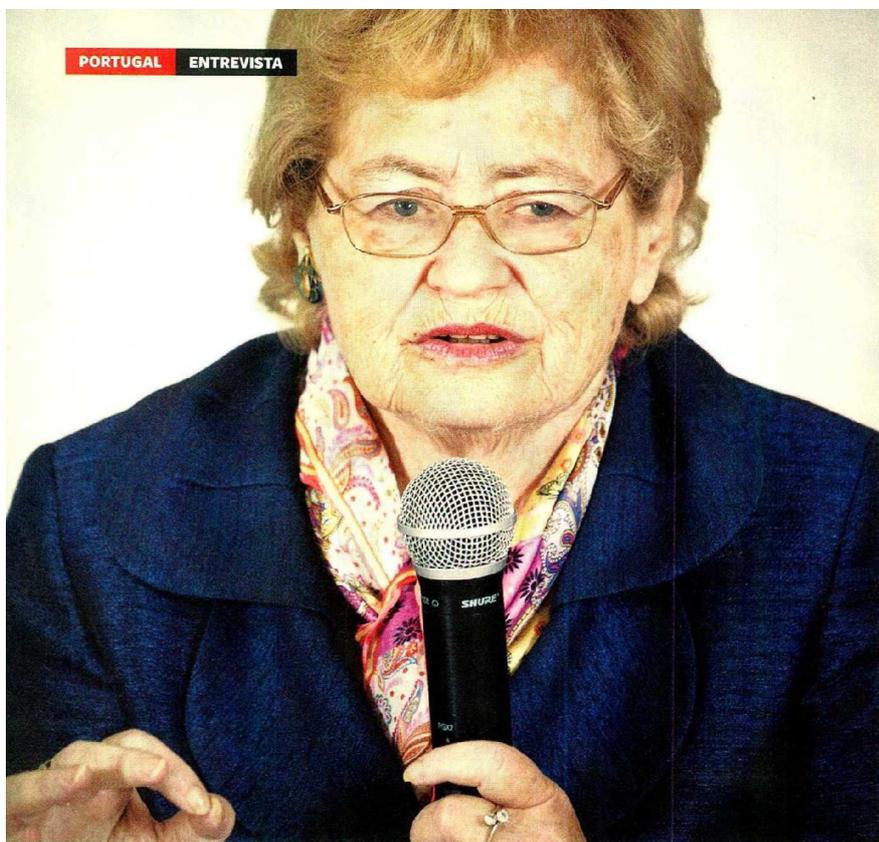
Tiragem: 132725

Temática: Economia

Dimensão: 428

Imagem: S/Cor

Página (s): 44



PORTUGAL ENTREVISTA

Stephany Griffith-Jones

Economista, co-autora de uma obra com Stiglitz e Ocampo

'Portugal deve ter ao menos 40 anos para pagar a dívida'

Uma das signatárias internacionais do «Manifesto dos 74» explica-se: a austeridade provou ser «má economia e pior política»

POR EMÍLIA CAETANO

Perita em fluxos globais de capitais, 66 anos, com carreira feita em universidades do Chile e do Reino Unido e em instituições internacionais, ensina hoje na Universidade de Columbia (Nova Iorque). Tem uma obra com J. Stiglitz e J. A. Ocampo (consultor do FMI) sobre as lições da crise iniciada em 2008.

> Porque assinou o Manifesto que pede a reestruturação da dívida portuguesa?

O modelo de impor forte austeridade aos países devedores da Europa foi má economia e pior política, além de ignorar as lições da História, tanto a dos anos 30 (Grande Depressão) como a da crise das dívidas da América Latina, nos anos de 1980, e a da Ásia, na década seguinte. É um caminho que reduz o PIB e, por isso, só agrava a crise. Não só

diminui o crescimento a curto prazo, como mina o crescimento futuro, já que reduz o investimento. Portugal gasta agora por ano, em juros, tanto quanto em Saúde.

> A dívida é impagável nas condições atuais?

Sim, porque os níveis são demasiado altos, sobretudo quando o crescimento é negativo ou muito baixo, como este ano. É crucial criar condições para mais investimento. E deve haver muito mais fundos para novos investimentos, por exemplo, através de empréstimos do Banco Europeu de Investimento (cujas dotações duplicaram, recentemente). E Portugal deve criar, rapidamente, o seu próprio banco de desenvolvimento, para financiar infraestruturas, energia verde, inovação e também as PME. O banco público de desenvolvimento da Alemanha, o KfW, o

segundo maior banco comercial de lá, é lucrativo, mas ajuda as PME e a energia verde. O que os países devem aprender com a Alemanha não são as lições negativas da austeridade, mas como eles conseguiram financiar uma economia bem sucedida e dinâmica.

> Mas como deve ser reestruturada a dívida?

As taxas de juro têm de ser significativamente reduzidas, sobretudo quando o crescimento é negativo ou muito baixo. Foi assim que Keynes negociou a dívida do Reino Unido com os EUA, após a II Guerra Mundial.

> Que alternativa própria?

Há claramente uma alternativa aos atuais pacotes de austeridade. E isso seria melhor economia, ou não seria proposta por alguns dos melhores economistas do mundo, como Joe Stiglitz e Paul Krugman, Prémios Nobel.

Este é um bom momento para promover uma estratégia mais orientada para o crescimento. Era melhor ter feito isso mais cedo, mas, pelo menos, agora é mais fácil reestruturar o pagamento dos juros e adiar a dívida para o futuro, já que a fase mais aguda da crise parece ter passado. Se isso for feito com cuidado e de forma concertada, não deve perturbar os mercados. Além disso, uma alta percentagem da dívida é detida por credores oficiais, que podem ser mais flexíveis.

Do lado alemão, pode haver também mais flexibilidade, já que o SPD, agora na coligação, é muito mais favorável a medidas para reestruturar a dívida nos países periféricos.

> Que lições podem extrair-se desta crise em relação aos países periféricos, como Portugal?

Os países com excedentes, como a Alemanha, deveriam ter seguido políticas muito mais expansionistas, com salários mais altos e políticas fiscais mais expansionistas, uma vez que têm excedentes elevados na balança de transações correntes. Isto significaria que a Eurozona podia crescer muito mais. Nos países devedores, a consolidação fiscal deveria ser muito mais pequena e gradual, procurando proteger-se o investimento, o emprego e os salários.

> Quanto tempo devia ter Portugal para pagar a dívida?

Pelo menos 40 anos.

> E é mais benéfico manter-se no Euro ou sair?

Acho claramente que deve manter-se na Eurozona, pois a saída teria custos graves para Portugal, a Europa e a economia mundial. ▣